

Receita busca os 10% do PIB

Assessores do Departamento da Receita Federal apresentaram, ontem, aos técnicos da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma proteção de arrecadação de imposto federais, em 1991, de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de US\$ 45 bilhões, aproximadamente Cr\$ 32 trilhões. Essa estimativa é considerada pelos técnicos da Receita como compatível com o crescimento zero do PIB programado para 91.

Para 90, mesmo com a perspectiva de uma recessão pela frente, a Receita mantém a meta de uma arrecadação de 9,54% do PIB. Até agora, para surpresa dos próprios assessores do Departamento da Receita Federal, a receita administrada da União não mostra sinais de queda. Para agosto, por exemplo, a Receita espera uma arrecadação superior em 10% à de julho, passando de Cr\$ 280 bilhões para Cr\$ 300 bilhões.

Para assegurar a manutenção da mesma trajetória da arrecadação de impostos e taxas federais, uma nova operação especial de fiscalização está sendo montada pela Receita Federal. A proposta é promover um cruzamento maciço de informações do Departamento do Tesouro, empresas estatais e bancos oficiais para checar o Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Sonegação

Para reduzir os níveis de sonegação, com previsões que variam de 30 a 50% da arrecadação tributária, a Receita está desenvolvendo com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a modernização das atividades do órgão, incluindo a aquisição de equipamentos mais modernos e desenvolvimento de programa mais eficientes. A informatização completa da Receita, incluindo todas as regiões do País, ainda é uma realidade distante pela falta de recursos. A criação de uma rede informatizada para a Receita envolveria gastos na faixa de US\$ 200 milhões.

Ainda em 90, com o objetivo de reduzir a sonegação, o Executivo deverá enviar ao Congresso projeto de lei que prevê a indisponibilidade de bens para sonegadores. A Receita também aguarda com ansiedade a decisão da Justiça com relação à representação de instituições financeiras, entre elas a Distribuidora Banco do Brasil, contra o pedido do fisco de ter acesso à movimentação bancária dos contribuintes. As instituições argumentam que essa medida rompe com o sigilo bancário. Na avaliação de técnicos da Receita, sem a quebra do sigilo bancário dificilmente o fisco terá uma arma eficiente contra a sonegação. (Sonia Mossri)